

BRASMOTOR S.A.

Proposta da Administração

AGO- 27/04/2016



BRASMOTOR S.A.

Av. das Nações Unidas, 12.995, 32º andar, sala 03

CEP: 04578-000 - São Paulo - SP

CNPJ/MF nº 61.084.984/0001-20

NIRE 35300026667

Proposta da Administração

ÍNDICE

I. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	3

ANEXOS

ANEXO I	Erro! Indicador não definido.
ANEXO II	Erro! Indicador não definido.



BRASMOTOR S.A.
Av. das Nações Unidas, 12.995, 32º andar
CEP: 04578-000 - São Paulo - SP
CNPJ/MF nº 61.084.984/0001-20
NIRE 35300026667

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A Administração da Brasmotor S.A. ("Companhia"), nos termos do que dispõem a legislação pertinente e o seu Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia, vem apresentar a V.Sas. a presente proposta contendo as informações exigidas pela Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 481/09"), relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a se realizar no dia 27 de abril de 2016, às 09:30 hs, na sua sede, localizada na Av. das Nações Unidas, nº 12.995, 32º andar, sala 03, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("AGO").

A AGO^s terá a seguinte ordem do dia:

- (i) Aprovar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015; e
- (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2015.

Apresentaremos a seguir as considerações da administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO:

I. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia propõe a aprovação do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia exigido pelo Art. 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481/09 constam do **Anexo I** à presente proposta.

II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Nos termos do art. 192 da Lei nº 6.404/76 e tendo em vista o lucro líquido do exercício findo em 31.12.2015, no montante de R\$129.681.324,45 (cento e vinte e nove milhões, seiscentos e oitenta e um mil, trezentos e



vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos), propõe a administração a seguinte destinação ao referido lucro:

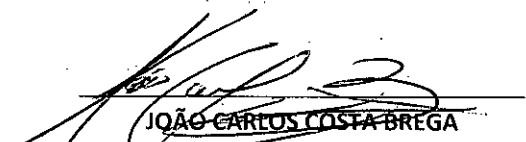
a) ratificação da distribuição de dividendos declarados e já pagos durante o exercício de 2015, no montante de R\$32.420.969,10 (trinta e dois milhões, quatrocentos e vinte mil, novecentos e sessenta e nove reais e dez centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76 e art. 28 do Estatuto Social da Companhia; e

b) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido, no montante de R\$97.260.355,35 (noventa e sete milhões, duzentos e sessenta mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), para a Reserva Estatutária, denominada Reserva de Investimentos, nos termos do art. 28, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia.

Fica consignado que nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, tendo em vista que seu saldo alcançou o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Art. 9º, § 1º, inciso II, da Instrução CVM nº 481/09 constam do **Anexo II** à presente proposta.

São Paulo, 28 de março de 2016.


JOÃO CARLOS COSTA BREGA
Presidente do Conselho de Administração



Anexo I

Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

(conforme art. 9, III da Instrução CVM nº 481/09 e Capítulo 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09)

10.1 Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 129,7 milhões, R\$ 315,8 milhões e R\$ 361,4 milhões.

Apresentamos abaixo os índices de endividamento sobre ativo total e liquidez corrente, referentes à Companhia:

BRASMOTOR S.A.

ÍNDICES	2015	2014	2013
ENDIVIDAMENTO SOBRE ATIVO TOTAL	0,01	0,01	0,01
LIQUIDEZ CORRENTE	2,87	0,59	0,83

b. estrutura de capital

Por ser uma holding não operacional, a estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio proveniente da distribuição de dividendos de suas investidas.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta hoje níveis conservadores de alavancagem e seu objetivo é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.



Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 1.041,1 milhões, R\$ 902,8 milhões e R\$ 1.061,8 milhões, respectivamente. Isto é reflexo dos resultados de sua investida Whirlpool S.A, de modo que o seu patrimônio líquido não sofreu variações relevantes. O capital de terceiro neste mesmo período era de R\$ 13.224 milhões em 2015, R\$ 5.935 milhões em 2014 e R\$ 5.744 milhões em 2013.

O percentual do passivo total sobre patrimônio líquido, nos períodos encerrados em dezembro de 2015, 2014 e 2013, eram 1,27%, 0,66% e 0,54% respectivamente.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia tem por objeto a participação, como sócia ou acionista, em outras empresas. Portanto, a principal fonte de geração de caixa são os dividendos e/ou juros sobre capital próprio recebidos das empresas das quais participa.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Considerando a situação financeira de caixa apresentada no encerramento do exercício de 2015, a Companhia não projeta necessidade de recursos externos no curto e médio prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:

- (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- (iii) grau de subordinação entre as dívidas
- (iv) eventuais restrições a nós impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se temos cumprido essas restrições

A Companhia não possui contratos de financiamento em aberto.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Demonstrações do Resultado



A tabela a seguir mostra os resultados operacionais consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

	2015	2014	2013
Resultado de equivalência patrimonial	127.869	315.270	361.178
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	(266)	(926)	(884)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.277)	100	75
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	121.326	314.444	360.369
Despesas financeiras	(1.986)	(749)	(607)
Receitas financeiras	11.456	2.486	2.019
Lucro antes dos impostos sobre os lucros	130.796	316.181	361.781
Imposto de renda corrente e diferido	(820)	(306)	(238)
Contribuição social corrente e diferida	(295)	(119)	(94)
	(1.115)	(425)	(332)
Lucro líquido do exercício	129.681	315.756	361.449
Número de ações no final do exercício	286.444.410	286.444.410	286.444.410
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,4527	1,102	1,262

As receitas financeiras no ano de 2015 totalizaram R\$ 11,5 milhões, enquanto as despesas financeiras no mesmo ano foram de R\$ 1,9 milhões.

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia no ano de 2015 foi de R\$ 130,8 milhões, representando uma redução de 58,6% quando comparado com 2014.

Com a conjugação dos fatores acima mencionados, a Companhia alcançou um lucro líquido no exercício de 2015 de R\$ 129,7 milhões, uma redução de R\$ 186,1 milhões ou 58,9% em relação ao ano anterior.

Comparação das contas patrimoniais

	2015	2014	2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.225	325	559
Impostos a recuperar	1.266	456	336
Partes relacionadas	-	-	49
Outros Ativos	435	-	-
Total do ativo circulante	3.926	781	944
Não circulante			
Impostos a recuperar	11.502	10.193	9.710
Depósitos para recursos e outros	20.560	12.311	12.311
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	875	943



Partes relacionadas	18.444	19.454	18.897
Outros ativos	2.072	3.086	3.042
Investimentos	997.815	862.005	1.021.697
Total do ativo não circulante	1.050.393	907.924	1.066.600
Total do ativo	1.054.319	908.705	1.067.544
Passivo			
Circulante			
Impostos, taxas e contribuições a pagar	18	47	68
Partes relacionadas	901	808	801
Dividendos a pagar	432	447	270
Outros passivos	15	28	-
Total do passivo circulante	1.366	1.330	1.139
Não circulante			
Provisão para demandas judiciais e administrativas	11.617	4.605	4.605
Imposto de renda e contribuição social diferidos	241	-	-
Total do passivo não circulante	11.858	4.605	4.605
Patrimônio líquido			
Capital social	577.400	577.400	577.400
Reserva de lucros	368.963	325.868	504.334
Outros resultados abrangentes	94.732	(498)	(19.934)
Total do patrimônio líquido	1.041.095	902.770	1.061.800
Total do passivo e patrimônio líquido	1.054.319	908.705	1.067.544

- Não ocorreram variações significativas nos balanço patrimonial da Companhia, exceto na conta de Investimentos.

Demonstração de Fluxo de Caixa

	2015	2014	2013
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	1.900	(234)	502
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.900	(234)	502
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	325	559	57
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.225	325	559

A principal variação no aumento do caixa líquido das atividades operacionais corresponde à transação de mútuo com partes relacionadas.

10.2 Os Diretores devem comentar sobre:

a. resultados das nossas operações, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita



A Companhia é uma holding, cujo componente de sua receita é a participação em outras empresas, que impactam o resultado através de equivalência. Nos últimos três exercícios sociais, sua principal participação foi na investida Whirlpool S.A.

Neste período, o resultado operacional foi, indiretamente, influenciado por fatores macroeconômicos como mudanças na política monetária e fiscal e variações nas taxas cambiais, bem como por estratégia das investidas em função de volume de vendas e preços, através dos resultados operacionais das empresas em que a Companhia possui participações.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia estão relacionados ao resultado na sua investida, a Whirlpool S.A., cujo Formulário de Referência disponibilizado na página web da CVM, detalha os resultados de suas respectivas operações.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia tem como atividade preponderante a participação em outras companhias, e não faz transações de vendas, compras e/ou prestações de serviços. Portanto, as variações em suas demonstrações financeiras são decorrentes das variações de seus investimentos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro, quando relevante

A Companhia tem como atividade preponderante a participação em outras companhias, e não faz transações de vendas, compras e/ou prestações de serviços, portanto as variações em suas demonstrações financeiras são decorrentes das variações de seus investimentos.

10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu e não há, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram e não há expectativa, no presente momento, de que ocorram efeitos relevantes decorrentes de constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4. Opinião de nossos Diretores sobre:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis



Não Aplicável.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não Aplicável.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas ou ênfases nos pareceres de nossos auditores.

10.5 - Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A elaboração de nossas demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board* (IASB), tais normas requerem que efetemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas a seguir. Na opinião dos diretores tais práticas são adequadas.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento



para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

Valor justo de instrumentos financeiros



Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6 – Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;**
 - iv. contratos de construção não terminada;**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação;

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8 Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**
- (ii) fontes de financiamento dos investimentos;**
- (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Não há planejamento para novos investimentos.



b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não há.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há.



Anexo II

Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2015

(Conforme informações do anexo 9-1-II, Instrução CVM nº 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 129.681.324,45.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data Pagamento
09/11/2015	Dividendos	Ordinárias	10.473.929,74	0,10622	09/11/2015
09/11/2015	Dividendos	Preferenciais	21.947.039,36	0,11684	09/11/2015

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuídos.

O percentual do lucro líquido do exercício distribuído é 25%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data Pagamento
09/11/2015	Dividendos	Ordinárias	17.498.621,47	0,17746	23/11/2015
09/11/2015	Dividendos	Preferenciais	36.666.056,85	0,19519	23/11/2015

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação



dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A proposta da Administração é não distribuir dividendos adicionais aos já declarados em 09/11/2015 e pagos em 23/11/2015, conforme acima exposto.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio, já declarados.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Data declaração	Remuneração	Tipos de ações	Valor absoluto em Reais	Valor por ação	Data Pagamento
09/11/2015	Dividendos	Ordinárias	10.473.929,74	0,10622	23/11/2015
09/11/2015	Dividendos	Preferenciais	21.947.039,36	0,11684	23/11/2015

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Ano	Valor por ação do Lucro Líquido	Valor por ação dos dividendos		Valor por ação dos JSCP		Remuneração Total Distribuída	
		Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
2015	0,45273	0,28368	0,31204	-	-	0,28368	0,31204
2014	0,11020	0,16192	0,17811	-	-	0,16192	0,17811
2013	0,12620	0,07906	0,08697	-	-	0,07906	0,08697

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

Não houve destinação de lucros para reserva legal, pois a reserva legal da Companhia já havia atingido o limite legal de 20% (vinte por cento) do capital social.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

De acordo com artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, a reserva legal é constituída de 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido, até que atinja seu limite legal.

Como o saldo da reserva legal já havia atingido o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, não foram destinados lucros para a reserva legal no ano de 2015.



9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimo:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo previsto no estatuto:

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre capital próprio em montantes não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais têm direito a dividendos ou juros sobre capital próprio no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido a situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção.

Não há montante de dividendo obrigatório retido.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos

relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável



12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucro a realizar.

Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

O artigo 28, parágrafo quarto, do Estatuto Social da Companhia prevê que: "o remanescente do lucro líquido do exercício poderá ser alocado à Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante. Poderá ser destinado a esta Reserva de Investimentos montante que não ultrapasse 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até atingir o limite máximo do capital social da Companhia."

b. Identificar o montante destinado à reserva.

O valor do montante destinado à reserva é de R\$ 97.260.355,35.

c. Descrever como o montante foi calculado.

O montante destinado à reserva estatutária, denominada reserva de investimentos, corresponde a 75% do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2015. A destinação do lucro líquido foi calculada da seguinte forma:

Lucro líquido do exercício	R\$ 129.681.324,45
Reserva de investimentos (75%)	R\$ 97.260.355,35
Dividendos já pagos (25%)	R\$ 32.420.969,10



15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante de retenção.

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável

